

de Fevereiro de 1998, tendo sido eleita vice-presidente na reunião de 4 de Março de 1998 e a partir desta data e nesta qualidade passado a ser membro da Comissão Permanente; membro do grupo de trabalho IPQ/DRE, para transposição da directiva referente a equipamentos sob pressão, como representante efectivo das DRE (1997-1998); coordenadora do grupo de trabalho das DRE para preparação da legislação de instalação e funcionamento de equipamentos sob pressão; coordenadora do grupo de trabalho das DRE de harmonização de procedimentos no domínio do controlo meteorológico e licenciamento de recipientes sob pressão e cisternas; coordenadora do grupo de trabalho Cisternas, que tem por missão a preparação dos procedimentos técnicos e harmonização de procedimentos.

Situações profissionais anteriores:

Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da Junta de Energia Nuclear (1970-1973);

Técnica superior no Gabinete da Área de Sines (1973-1986);  
Técnica superior do Departamento Central de Planeamento (1986-1987);

Técnica superior do Instituto Português da Qualidade (1987-1991).

Actividade docente:

Assistente convidado no Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa (1972-1974);

Assistente convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (nos anos lectivos de 1982-1983 a 1990-1991).

### Curriculum vitae

#### Dados biográficos

Nome: Maria Luísa Araújo Proença.

Data de nascimento/naturalidade: 9 de Abril de 1957, Leça da Palmeira.

#### Habilitações académicas

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

#### Experiência profissional

Situação profissional actual — directora de Serviços de Turismo do quadro de pessoal dirigente da ex-Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério da Economia (desde 2000), actualmente em regime de gestão. Os principais trabalhos desenvolvidos abarcam as áreas de: implementação dos Serviços de Turismo, nomeadamente na tramitação e análise de processos de turismo no espaço rural, bem como na elaboração de pareceres no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março, e DR n.º 13/2002, de 12 de Março; tratamento de indicadores estatísticos do sector do turismo; elaboração de relatórios de diagnóstico da situação das casas de turismo no espaço rural classificadas; fiscalização de casas de turismo no espaço rural e colaboração na transferência de competências para a IGAE; acompanhamento e coordenação do projecto de sinalização turística em implementação com as regiões de turismo e câmaras municipais da região LVT; análise e elaboração de pareceres sobre PITER da região LVT, no âmbito da Portaria n.º 450/2001, de 5 de Maio; colaboração com os serviços de turismo das outras DRE na definição e harmonização de procedimentos no âmbito da legislação aplicável ao sector.

Situações profissionais anteriores:

Adjunta do chefe de Serviços Financeiros do Fundo de Turismo (1981-1982);

Técnica superior dos Serviços Técnicos de Avaliação de Projectos do Fundo de Turismo (1982-1984);

Adjunta da administração do Fundo de Turismo (1984-1987);

Técnica superior do Departamento Central de Planeamento (1987-1988);

Técnica superior do Conselho Nacional do Plano (1988-1989);  
Técnica superior do Conselho Económico e Social (1990);

Chefe do Departamento de Informação de Gestão da PETROGAL, S. A. (1990);

Coordenadora do Gabinete de Planeamento e Estatística do Instituto de Comunicações de Portugal (1991-1992);

Chefe da Divisão de Estatística da Direcção-Geral do Turismo (1994-1998);

Coordenadora dos Serviços de Informática da Direcção-Geral do Turismo (1996-1998);

Técnica da Divisão de Valorização da Oferta Turística da Direcção-Geral do Turismo (1998-2000);

Representante da Direcção-Geral do Turismo na Comissão de Avaliação dos PITER — Projectos Integrados Estruturantes de Base Regional (1999).

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

### Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

**Despacho n.º 9985/2004 (2.ª série).** — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 110/96, de 2 de Agosto, e n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de produção integrada na cultura do arroz a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada na cultura do arroz, pelo despacho n.º 7237/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 12 de Abril de 2003, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

Cooperativa Agrícola de Soure, C. R. L., cooperativa com sede na Rua do Dr. Tomaz Oliveira e Silva, freguesia de Soure, concelho de Soure, distrito de Coimbra, e com o número de identificação de pessoa colectiva 501109650.

4 de Maio de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*.

**Despacho n.º 9986/2004 (2.ª série).** — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada na cultura da vinha a organização de agricultores seguidamente indicada:

Coopenafiel — Cooperativa Agrícola de Penafiel, C. R. L., Cooperativa, com sede no Largo das Devesas, freguesia de Penafiel, concelho de Penafiel, distrito do Porto, e com o número de identificação de pessoa colectiva 501122168.

4 de Maio de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*.

### Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

**Despacho n.º 9987/2004 (2.ª série).** — Ao cessar funções como meu adjunto, aproveito a oportunidade para manifestar o meu público louvor ao mestre em Ordenamento do Território Manuel Pedro Frago de Castro Loureiro, pelo espírito de serviço, lealdade, dedicação, companheirismo e total disponibilidade a todos os títulos exemplares com que desempenhou as suas funções.

A colaboração sempre pronta e incondicional e a superior competência que sempre revelou tornam-no credor deste meu agradecimento.

7 de Maio de 2004. — O Secretário de Estado das Florestas, *João Manuel Alves Soares*.

**Despacho n.º 9988/2004 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o Mestre em Ordenamento do Território Manuel Pedro Frago de Castro Loureiro do cargo de adjunto do meu Gabinete, para o qual foi nomeado pelo meu despacho n.º 22 877/2003 (2.ª série), de 1 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 273, de 25 de Novembro de 2003.

2 — O presente despacho produz efeitos a 16 de Abril de 2004.

7 de Maio de 2004. — O Secretário de Estado das Florestas, *João Manuel Alves Soares*.

### Direcção-Geral das Florestas

**Aviso n.º 5911/2004 (2.ª série).** — Nos termos do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e do Decreto Regulamentar n.º 11/97, de 30 de Abril, é classificado e desclassificado como árvore de interesse público o seguinte arvoredado existente no concelho de Trancoso:

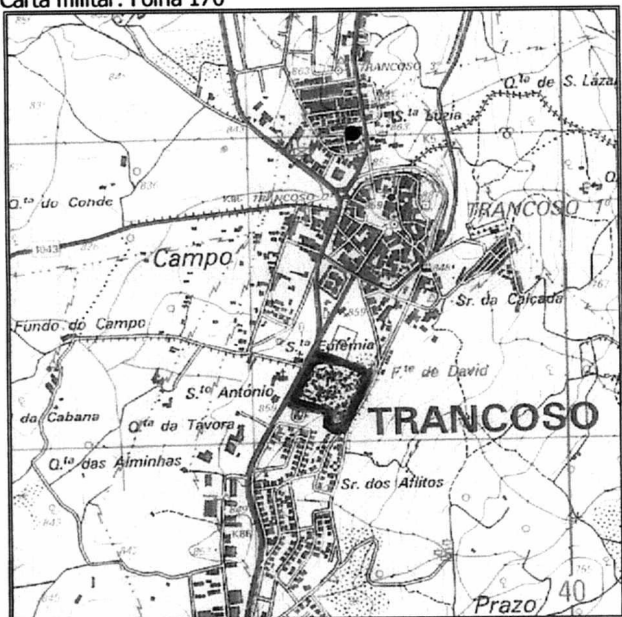
A — Classificação:

Todo o arvoredado existente no Parque Municipal de Trancoso, freguesia de São Pedro, concelho de Trancoso, pertencente à Câmara Municipal de Trancoso;

Uma *Tilia tomentosa* Moench, árvore vulgarmente conhecida por tília, existente no Largo de Santa Maria de Guimarães, no

centro histórico da vila de Trancoso, pertencente à Câmara Municipal de Trancoso:

Carta militar: Folha 170



- Árvore isolada classificada de Interesse Público
- Arvoredo classificado de Interesse Público

B — Desclassificação:

Um *Populus alba* L., árvore vulgarmente conhecida por choupo branco, existente no adro da igreja do Terrenho, freguesia do Terrenho, concelho de Trancoso, pertencente à Junta de Freguesia do Terrenho.

Esta desclassificação resulta do facto deste exemplar se apresentar decrépito, pondo em risco pessoas e bens.

26 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços, *Anabela Teixeira*.

Nome	Categoria actual	Categoria de reclassificação
Maria Inês Oliveira de Sousa Santos . . . . .	Auxiliar de limpeza da carreira de auxiliar de limpeza.	Cozinheiro da carreira de cozinheiro.

Esta nomeação é em comissão de serviço extraordinária pelo período de seis meses a contar da data da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

A interessada será posicionada no escalão 6, índice 184.

(Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

6 de Maio de 2004. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Nome	Categoria actual	Categoria de reclassificação
Maria Manuela da Costa Faria Silva . . . . .	Auxiliar de limpeza da carreira de auxiliar de limpeza.	Cozinheiro da carreira de cozinheiro.

Esta nomeação é em comissão de serviço extraordinária pelo período de seis meses a contar da data da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

A interessada será posicionada no escalão 4, índice 165.

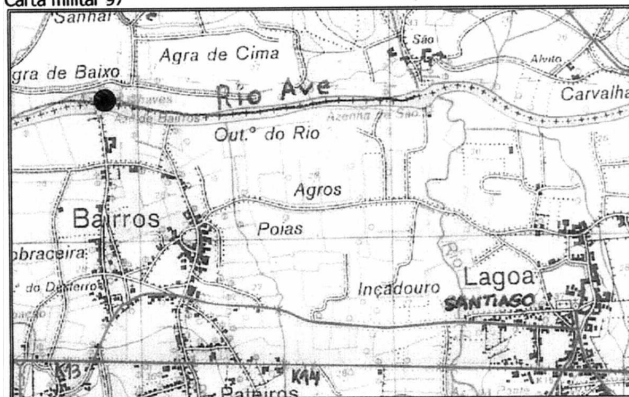
(Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

6 de Maio de 2004. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

**Aviso n.º 5912/2004 (2.ª série).** — Nos termos do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e do Decreto Regulamentar n.º 11/97, de 30 de Abril, é classificado de interesse público um exemplar de *Fraxinus angustifolia* Vahl, árvore vulgarmente conhecida por freixo, existente no lugar de Bairros, freguesia de São Tiago do Bougado, concelho da Trofa, pertencente à Câmara Municipal da Trofa.

28 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços, *Anabela Teixeira*.

Carta militar 97



- Árvore classificada de Interesse Público
- Esc. 1/25 000

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

**Despacho n.º 9989/2004 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Maio de 2004 do subdirector regional de agricultura de Entre Douro e Minho, por delegação de competências e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, é nomeada em comissão de serviço extraordinária no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, constante do mapa 1 do anexo à Portaria n.º 537/99, de 23 de Julho, alterado pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, a funcionária abaixo mencionada para a categoria e carreira que a seguir se indica:

**Despacho n.º 9990/2004 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Maio de 2004 do subdirector regional de agricultura de Entre Douro e Minho, por delegação de competências e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, é nomeada em comissão de serviço extraordinária no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, constante do mapa 1 do anexo à Portaria n.º 537/99, de 23 de Julho, alterado pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, a funcionária abaixo mencionada para a categoria e carreira que a seguir se indica:

**Rectificação n.º 970/2004.** — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 30 de Abril de 2004, a p. 6678, a designação da categoria de reclassificação referente à funcionária Maria Angelina de Caldas Codeço, rectifica-se que onde se lê «viveirista da carreira de viveirista» deve ler-se «operário (operário qualificado) da carreira de viveirista».

6 de Maio de 2004. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.